

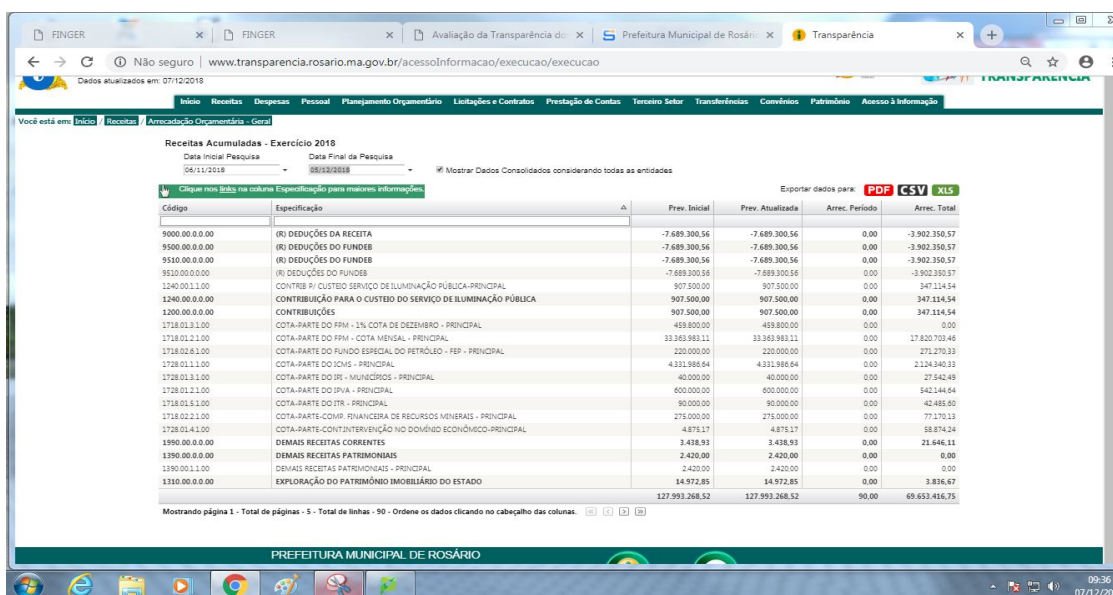
RELATÓRIO 2852/2018
AVALIADO EM : 07/12/2018

Em Cumprimento ao disposto nos art. 153 e 157 do Regimento Interno e ao que determina o art. 48 e 48-a da LC 101/00 e Decreto nº 7.185/10, apresenta-se o relatório de avaliação do Portal da Transparência.

IDENTIFICAÇÃO DO JURISDICIONADO				
Processo	394			
Natureza	Acompanhamento de Gestão Fiscal			
Exercício Financeiro	2018			
Jurisdicionado	GABINETE DO PREFEITO DE ROSÁRIO			
Responsável	IRLAHI LINHARES MORAES			
Relator	Edmar Serra Cutrim			
DADO DA PESQUISA				
SITE	http://rosario.ma.gov.br/			
DATA	07/12/2018			
DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA				
Item	Critério	Situação		
		Sim	Não	NA
DADOS GERAIS				
1	Existência do Site Eletrônico	X		
2	Nome oficial (www.nomedomunicípio.ma.gov.br)	X		
3	Tempestividade		X	
4	Disponibilização da Informação por meio de Sistema	X		
5	Disponibilização dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA)	X		
6	Disponibilização dos relatórios de gestão fiscal (RREO e RGF)	X		
7	Compatibilidade entre os dados da execução orçamentária disponibilizados no Portal da Transparência e os Relatórios da Gestão Fiscal (RREO e RGF) encaminhados ao FINGER	X		
QUANTO À DESPESA, CONSTA(M):(Decreto nº 7.185/10)				
8	O valor do empenho, liquidação e pagamento?(art. 48 da LRF 01/00)	X		

9	O número do correspondente processo da execução, quando for o caso ?			X
10	A classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto ?	X		
11	A pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários?	X		
12	O procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo?	X		
13	O bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso?	X		
QUANTO Á RECEITA, CONSTA(M): (Decreto nº 7.185/10)				
14	Previsão?	X		
15	Lançamento, quando for o caso?	X		
16	Arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários?	X		
	Resultado		X	
	Não = 0	Cumpre		
	Não >= 1	Descumpre		

Prints das telas consultadas :



Recetas Acumuladas - Exercício 2018

Data Inicial Pesquisa: 06/11/2018 | Data Final da Pesquisa: 08/12/2018

Mostrar Dados Consolidados considerando todas as entidades

Código	Especificação	Prev. Social	Prev. Atualizada	Arrec. Período	Arrec. Total
9000.00.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DA RECEITA	-7.689.300,56	-7.689.300,56	0,00	-3.902.350,57
9500.00.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	-7.689.300,56	-7.689.300,56	0,00	-3.902.350,57
9510.00.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	-7.689.300,56	-7.689.300,56	0,00	-3.902.350,57
9520.00.0.0.00	(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	-7.689.300,56	-7.689.300,56	0,00	-3.902.350,57
1240.00.1.1.100	CONTRIB. P/ CUSTEIO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-PRINCIPAL	907.500,00	907.500,00	0,00	347.114,54
1240.00.0.0.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	907.500,00	907.500,00	0,00	347.114,54
1200.00.0.0.00	CONTRIBUIÇÕES	907.500,00	907.500,00	0,00	347.114,54
1718.02.1.1.100	COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA DE DEZEMBRO - PRINCIPAL	459.800,00	459.800,00	0,00	0,00
1718.02.2.1.100	COTA-PARTE DO FPM - COTA MENSAL - PRINCIPAL	33.243.983,11	33.243.983,11	0,00	17.820.703,44
1718.02.6.1.100	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	220.000,00	220.000,00	0,00	271.270,33
1728.01.1.1.100	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	4.331.986,64	4.331.986,64	0,00	2.124.340,33
1728.01.3.1.100	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	40.000,00	40.000,00	0,00	27.542,49
1728.02.1.1.100	COTA-PARTE DO IPIA - PRINCIPAL	600.000,00	600.000,00	0,00	542.144,04
1718.02.5.1.100	COTA-PARTE DO ITR - PRINCIPAL	90.000,00	90.000,00	0,00	42.485,60
1718.02.2.1.100	COTA-PARTE-COMP. FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - PRINCIPAL	275.000,00	275.000,00	0,00	77.170,13
1728.02.4.1.100	COTA-PARTE-CONTINERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO-PRINCIPAL	4.875,17	4.875,17	0,00	58.874,24
1990.00.0.0.00	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	3.438,93	3.438,93	0,00	21.646,11
1390.00.0.0.00	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	2.420,00	2.420,00	0,00	0,00
1350.00.1.1.100	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS - PRINCIPAL	2.420,00	2.420,00	0,00	0,00
1310.00.0.0.00	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	14.972,85	14.972,85	0,00	3.836,67
		127.993.268,52	127.993.268,52	90,00	69.653.416,75

Mostrando página 1 - Total de páginas: 5 - Total de linhas: 90 - Ordene os dados clicando no cabeçalho das colunas.

Em síntese, constata-se que a Prefeitura de **ROSÁRIO** **DESCUMPRE** com as



UNIDADE TÉCNICA DE CONTROLE EXTERNO - UTCEX 1
SUPERVISÃO DE CONTROLE EXTERNO - SUCEX2

exigências de transparência previstas no art. 48, incisos II e III, c/c o art. 48-A da Lei Complementar nº 101/2000.

São Luís, 7 de Dezembro de 2018.

Miguel Arcangelo de Oliveira Melo
TECNICO DE CONTROLE EXTERNO - SUCEX2

Walber da Silva Abreu
AUDITOR ESTADUAL DE CONTROLE EXTERNO - SUCEX2

Helvilane Maria Abreu Araujo
Gestor da Unidade Técnica de Controle Externo - UTCEX1